

**GÊNERO É O QUE IMPORTA: DETERMINANTES DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO NO BRASIL****Luana Pinheiro**Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: <luana.pinheiro@ipea.gov.br>.**Marcelo Medeiros**Professor visitante da Columbia University. *E-mail*: <marcelo.medeiros@columbia.edu>.**Joana Costa**Técnica de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail*: <joana.costa@ipea.gov.br>.**Ana de Holanda Barbosa**Técnica de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail*: <ana.barbosa@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2920>

No Brasil, a coleta de dados em nível nacional sobre o tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidados não remunerado se inicia, em 2001, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Entre os adultos, estudos baseados nos dados das PNADs mostraram os cenários descritos a seguir.

- 1) Quase o dobro das mulheres, em comparação aos homens, declarava ter realizado, na semana anterior à entrevista, trabalho doméstico não remunerado.
- 2) As jornadas de trabalho doméstico não pago das mulheres eram duas vezes mais longas que as dos homens.
- 3) O envolvimento em trabalho remunerado reduzia a duração das jornadas de trabalho não remunerado.
- 4) Homens e mulheres ocupados dedicavam mais tempo ao trabalho reprodutivo do que adultos desocupados.
- 5) Mulheres ocupadas, contudo, alocavam mais tempo no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que homens desocupados.
- 6) Maior renda familiar traduzia-se em turnos de trabalho doméstico não remunerado mais curtos para todos os adultos.
- 7) Crianças no domicílio aumentavam substancialmente o tempo total gasto em trabalho de cuidados.
- 8) Quanto mais jovens eram as crianças, maior a carga desse trabalho.
- 9) A carga de trabalho doméstico aumentava com o tamanho das famílias.
- 10) A frequência de crianças a pré-escolas reduzia a carga horária doméstica, particularmente para as mulheres.
- 11) Mulheres casadas possuíam jornadas mais longas em trabalho não pago quando comparadas àquelas não casadas, enquanto homens reduziam suas jornadas reprodutivas ao entrarem em um casamento.
- 12) A presença de idosos no domicílio ampliava o tempo reprodutivo das mulheres e produzia efeitos pouco claros sobre o dos homens.
- 13) As meninas gastavam mais tempo em trabalho doméstico não remunerado do que os meninos (Araújo e Veiga, 2017; Bruschini, 2006; Madalozzo, Martins e Shiratori, 2010; Queiroz e Aragón, 2015; Ramos, 2011; Soares, 2008; Soares e Saboia, 2007).<sup>1</sup>

1. Para mais informações, acessar *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: <<https://bit.ly/3ZOqDKG>>.

# SUMEX

Em grande parte, esses resultados estão em consonância com os obtidos em outros países. É claro que estimativas específicas podem variar, mas as conclusões substantivas são de que, embora uma série de fatores idiossincráticos possam afetar o tempo que homens e mulheres alocam em trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, as normas de gênero sempre desempenham um papel fundamental na determinação de como o tempo é distribuído entre as diversas atividades em um domicílio (Aassve, Fuochi e Mencarini, 2014; Álvarez e Miles, 2003; Amarante e Rossel, 2018; Bianchi *et al.*, 2000, p. 200; Bittman *et al.*, 2003; Brines, 1994; Calasanti e Bailey, 1991; Chesters, 2013; Coltrane, 2000; Craig e Mullan, 2011; Evertsson e Neramo, 2004; 2007; Natalier, 2003; South e Spitze, 1994).

O conjunto de estudos produzidos sobre essa temática explora uma série de fatores que poderiam determinar as desigualdades de gênero no uso do tempo em trabalho reprodutivo. Esses fatores podem ser organizados em torno de cinco perspectivas teóricas, quais sejam: i) posição no curso de vida (ou no ciclo de vida); ii) disponibilidade de tempo; iii) recursos relativos, ou barganha; iv) normas e valores de gênero, em especial a resposta compensatória ou a neutralização dos desvios de gênero (ou *gender display*); e v) macrofatores (por exemplo, acesso a serviços públicos de cuidado).

Durante um período, essas perspectivas foram tratadas como concorrentes. No entanto, na maioria dos casos, elas funcionam mais como elementos que se complementam que como fatores que concorrem. Nosso objetivo neste estudo é analisar como as quatro primeiras dessas cinco perspectivas afetam as desigualdades de gênero no trabalho reprodutivo entre casais brasileiros, em 2019, a partir dos dados da PNAD Contínua.

Os resultados apresentados neste trabalho permitem concluir que os efeitos gerados nas jornadas reprodutivas pelas diferentes posições de um indivíduo ao longo do curso da sua vida e pela composição da família possuem um claro viés de gênero, sendo muito mais expressivos para as mulheres que para os homens. Assim, se a presença de filhos amplia o tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidados não pago (e esse tempo é reduzido à medida que a idade dos filhos aumenta), esse aumento das jornadas se dá em magnitudes diferentes, sendo o dobro para as mulheres em comparação à variação verificada para os homens. De

forma oposta, a presença de filhos adolescentes reduz a carga de trabalho dos pais, mas também há viés de gênero: filhos de ambos os sexos reduzem as jornadas masculinas, mas apenas filhas adolescentes mulheres reduzem a carga reprodutiva feminina. Quando, além do casal, existem outros adultos no domicílio, o trabalho doméstico dos homens é reduzido, principalmente se essa pessoa for uma mulher. A presença de idosos com 80 anos ou mais de idade produz efeitos distintos sobre mulheres e homens, ampliando a carga de trabalho reprodutivo delas – em magnitude equivalente a ter um filho de 4 a 5 anos de idade –, mas não gerando efeito sobre eles. A idade provoca efeitos muito sutis sobre as jornadas reprodutivas masculinas e femininas, mas foi possível identificar algumas evidências de uma leve mudança intergeracional no envolvimento dos homens com o trabalho reprodutivo: homens mais jovens tendem a passar mais tempo no trabalho não pago, mas isso está longe de ser suficiente para mudar a estrutura da divisão sexual do trabalho reprodutivo.

Em relação à perspectiva da disponibilidade de tempo, encontramos, tal como previsto, que a duração das jornadas de trabalho não remunerado é determinada, em parte, pelo tempo disponível dos indivíduos. Mais uma vez, os efeitos das variáveis não são homogêneos entre homens e mulheres, estando os homens muito menos propensos a ampliar suas jornadas reprodutivas em um cenário de maior tempo disponível para tanto. Em outras palavras, o *trade-off* entre trabalho remunerado e não remunerado é mais intenso para as mulheres e pouco expressivo para os homens. As famílias utilizam sua renda para adquirir bens e serviços que reduzem seu trabalho doméstico, especialmente as famílias mais ricas, e o efeito de substituição é mais forte entre as mulheres. As jornadas masculinas são apenas ligeiramente afetadas por uma renda mais alta, quando se controlam os outros fatores.

Os rendimentos individuais aumentam o poder de barganha na negociação de quem assume a maior parte da carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. No entanto, esse efeito apresenta viés de gênero e a capacidade de transformar recursos financeiros relativamente maiores em horas de trabalho mais curtas é determinada por valores convencionais de gênero. Dinheiro tem voz, mas gênero grita. Não surpreende, portanto, que as mulheres que respondem pela maior fração da renda do casal produzam uma resposta compensatória que reforça os papéis de gênero.

Em um casal, uma mulher que ganha mais no trabalho remunerado acaba alocando mais tempo no trabalho reprodutivo, e homens que contribuem com menos renda que suas parceiras diminuem sua participação no trabalho doméstico, "performando gênero". De fato, nossos resultados sugerem que os papéis de gênero têm maior peso na explicação do envolvimento feminino no trabalho doméstico do que a renda relativa. Isso leva a uma conclusão importante. O poder econômico explica a duração do trabalho doméstico apenas nos casais tradicionais, nos quais os homens ganham mais que as mulheres; quando os papéis do provedor são invertidos, o poder econômico perde importância por causa dos papéis convencionais de gênero. As mulheres não tradicionais em termos de provisão de renda familiar se comportam como mulheres tradicionais no trabalho doméstico.

A educação é um equalizador das relações de gênero, uma vez que possuir maiores níveis de escolaridade reduz a carga horária doméstica das mulheres ao mesmo tempo que aumenta a dos homens. Mas não é qualquer educação. Ainda que a posse de um diploma de ensino médio contribua para a redução das desigualdades de gênero na alocação de tempo para trabalho reprodutivo, é a educação universitária que realmente faz diferença. Esses efeitos educacionais não apenas vão em direção oposta para homens e mulheres como também são muito mais expressivos para elas que para eles. Vale destacar que os resultados encontrados evidenciam que as jornadas reprodutivas são também determinadas pela raça dos indivíduos e a redução nas jornadas de trabalho não pago que a educação provoca é mais intensa para os brancos que para os negros. Uma interação semelhante foi também encontrada para a renda: rendas familiares mais elevadas reduzem a carga de trabalho dos brancos mais que a dos negros.

No final, os resultados são claros: gênero é o que importa. Em todos os modelos e com todas as especificações, gênero tem, de longe, o efeito mais forte entre todas as variáveis consideradas. Mesmo controlando diversas outras características, o simples fato de ser mulher leva a um aumento de onze horas por semana no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Quando as variáveis de controle são estabelecidas, a composição familiar, a ocupação, a educação ou o poder de barganha importam menos como fatores determinantes que as normas de gênero. Os homens são muito menos afetados por qualquer característica

pessoal que as mulheres. Os valores tradicionais de gênero são, portanto, o fator mais importante para determinar o tempo alocado em trabalho reprodutivo.

## REFERÊNCIAS

AASSVE, A.; FUOCHI, G.; MENCARINI, L. Desperate housework: relative resources, time availability, economic dependency, and gender ideology across Europe. **Journal of Family Issues**, v. 35, n. 8, p. 1000-1022, 2014.

ÁLVAREZ, B.; MILES, D. Gender effect on housework allocation: evidence from Spanish two-earner couples. **Journal of Population Economics**, v. 16, n. 2, p. 227-242, 2003.

AMARANTE, V.; ROSSEL, C. Unfolding patterns of unpaid household work in Latin America. **Feminist Economics**, v. 24, n. 1, p. 1-34, 2018.

ARAÚJO, C. M. de O.; VEIGA, A. Um difícil equilíbrio: vida familiar e trabalho remunerado de mulheres e homens no estado do Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, C.; GAMA, A. (Org.). **Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**: ABE Gráfica e Editora, 2017. p. 41-83.

BIANCHI, S. M. *et al.* Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. **Social Forces**, v. 79, n. 1, p. 191-228, Sept. 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/3T4HYg9>>.

BITTMAN, M. *et al.* When does gender trump money? Bargaining and time in household work. **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 1, p. 186-214, July 2003.

BRINES, J. Economic dependency, gender, and the division of labor at home. **American Journal of Sociology**, v. 100, n. 3, p. 652-688, Nov. 1994.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331-353, dez. 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/3YP08UF>>.

CALASANTI, T. M.; BAILEY, C. A. Gender inequality and the division of household labor in the United States and Sweden: a socialist-feminist approach. **Social Problems**, v. 38, n. 1, p. 34-53, 1991.

# SUMEX

CHESTERS, J. Gender convergence in core housework hours: assessing the relevance of earlier approaches for explaining current trends. **Journal of Sociology**, v. 49, n. 1, p. 78-96, 2013.

COLTRANE, S. Research on household labor: modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, n. 4, p. 1208-1233, Nov. 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/3Fbdnb6>>.

CRAIG, L.; MULLAN, K. How mothers and fathers share childcare: a cross-national time-use comparison. **American Sociological Review**, v. 76, n. 6, p. 834-861, 2011.

EVERTSSON, M.; NERMO, M. Dependence within families and the division of labor: comparing Sweden and the United States. **Journal of Marriage and Family**, v. 66, n. 5, p. 1272-1286, Dec. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3Fava27>>.

\_\_\_\_\_. Changing resources and the division of housework: a longitudinal study of Swedish couples. **European Sociological Review**, v. 23, n. 4, p. 455-470, Sept. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/41Wo3UO>>.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, maio-ago. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/3I2sexE>>.

NATALIER, K. 'I'm not his wife': doing gender and doing housework in the absence of women. **Journal of Sociology**, v. 39, n. 3, p. 253-269, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3yuuO2t>>.

QUEIROZ, V. dos S.; ARAGÓN, J. A. O. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 787-819, out.-dez. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/423tTUb>>.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p. 17-44.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008.

SOARES, C.; SABOIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SOUTH, S. J.; SPITZE, G. Housework in marital and non-marital households. **American Sociological Review**, v. 59, n. 3, p. 327-347, 1994.